

Ymyrapytã: práxis extensionista emancipatória

Eduardo Fernandes de Araújo¹, Daniele Gomes de Andrade², Eduardo Soares Bonfim³, Tayná das Chagas Lemos⁴ e Wylck Jadyson Santos Paulo da Silva⁵

No Brasil são correntes as discussões sobre a função do ensino superior, em especial no que tange a formação jurídica. Essa, de maneira geral, adota perspectiva utilitarista e patrimonialista de compreensão das relações sociais, mantendo o distanciamento das outras áreas de conhecimento, provocando uma percepção mercantilista, individualista e despolitizada sobre o funcionamento das instituições públicas, do sistema de justiça e das articulações dos movimentos sociais. O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB) propicia experiências em educação jurídica popular através de projetos de pesquisa e extensão que permitem a ampliação das percepções sobre o saber/fazer jurídico-político. O projeto de extensão CRDH - Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente (doravante *Ymyrapytã*), enquanto extensão universitária popular, possibilita um espaço de atuação, reflexão e construção de sentidos que permite uma análise do fenômeno jurídico para além do que se estabelece nas salas de aula. O *Ymyrapytã* existe desde 2012 em parceria com a Comissão Pastoral da Terra do Estado da Paraíba, com a Rede Nacional de

¹ Docente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, membro do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFPB), orientador no Projeto Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX 2011 - 2014 e PROEXT 2013 - 2014, membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/UFPB), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB), pesquisador e coordenador do GT Povos e Comunidades Tradicionais, Questão Agrária e Conflitos Socioambientais do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, associado da Dignitatis – Assessoria Técnica Popular, membro da Rede Nacional de Advogados(as) Populares (RENAP) e doutorando pela Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais (CES). eduardofernandesaraujo@hotmail.com

² Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, bolsista no Projeto Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX 2014. daniele.gomes.andrade@gmail.com. Matrícula 11219172

³ Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, voluntário no Projeto Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX 2014. eduardobonfiim@hotmail.com Matrícula 11126292

⁴ Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, bolsista no Projeto Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX 2014. tayna00.ta@gmail.com Matrícula 11223693

⁵ Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, voluntário no Projeto Ymyrapytã: Povos Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX 2014. wylckjadyson@hotmail.com Matrícula 11126267

Advogados(as) Populares, com o Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais e com a Dignitatis – Assessoria Técnica Popular. Surgido a partir de demanda social, atua junto à Associação Comunitária dos Pequenos Criadores de Animais e Agricultores da Margem do Rio Mamanguape e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto. Outras Associações Comunitárias vêm estabelecendo diálogo, ampliando as áreas de atuação do projeto sobre as questões ambientais, políticas e jurídicas enfrentadas pelos trabalhadores(as) do campo. Importa destacar que o ano de 2014 se iniciou com o ressurgimento de uma velha ameaça: uma ação de reintegração de posse, de nº 058.2003.001.861-6, interposta a mais de dez anos contra os agricultores de Areia Branca, voltou a ser movimentada. No mês de Fevereiro foi proferida decisão concedendo liminar que determinava a desocupação de toda a área que é utilizada pelos agricultores para produção de alimentos. Diante deste cenário, a assessoria jurídica foi uma das principais atividades desenvolvidas nos primeiros meses de 2014 – através de contatos estabelecidos com instituições estatais que pudessem auxiliar a comunidade, por exemplo, o Ministério Público Federal, a Secretária do Patrimônio da União e o Instituto Chico Mendes (Rio Tinto e Brasília). Apesar do foco inicial no acompanhamento da ação possessória, era preciso avançar em relação à educação jurídica popular e à política ambiental. Realizou-se visitas às comunidades para que tomássemos ciência da realidade de violações de direitos na região. A partir dos dados coletados, de oficinas participativas e de conversas constantes com os representantes locais foi possível sistematizar elementos que poderão subsidiar denúncias e/ou proposições de políticas públicas necessárias na localidade. Neste raio de interlocução amplificado e simbólico, assim como, nas atuações e contatos, o que foi planejado através dos objetivos, metas, planos e metodologia ganharam vida própria; surgiram dificuldades, limites, reflexões e transformações que apontavam a necessidade de maior adensamento teórico, prático e normativo em relação aos direitos humanos, aos direitos ambientais, aos modelos de desenvolvimento econômico, a indispensável discussão sobre o acesso à justiça e à situação (des)regularização fundiária.

Palavras-chaves: formação jurídica, extensão universitária popular e regularização fundiária.

Referência Bibliográficas

ANDRADE, Daniele Gomes. ARAÚJO, Eduardo Fernandes de. BONFIM, Eduardo Soares. SILVA, Wylck Jadyson S. Paulo da. YMYRAPYTÃ: EXTENSÃO POPULAR EMANCIPATÓRIA – DA TEORIA À PRÁTICA OU DA PRÁTICA À TEORIA?

Brasil. Tribunal de Justiça da Paraíba. Ação de Reintegração de Posse n. 058.2003.001.861-6. Comarca de Rio Tinto-PB.